



PERSPECTIVAS SOBRE DISPUTAS TERRITORIAIS A PARTIR DO JORNALISMO

Thiago Borges da Silva¹

Orientadora: Profª. Drª. Cicilia Mª Krohling Peruzzo

Palavras-chave:

Jornalismo; Territorialidades; Comunicação; Desinformação; Redes sociais.

RESUMO EXPANDIDO

Jornalismo e territórios comunicacionais em disputa

Na atualidade, o campo da Comunicação se organiza a partir de relações que extrapolam o espaço físico e configuram territórios simbólicos instáveis, mutáveis e permanentemente tensionados. Esta pesquisa tem como objetivo compreender o conceito de território no campo da comunicação, analisando como essas dinâmicas se manifestam no jornalismo enquanto prática discursiva e instância de mediação.

Para tal, baseia-se na pesquisa bibliográfica, com autores como Haesbaert (2004), D'Arcadia e Carvalho (2020), Sack (2013), Recuero (2014), Castells (1999) e Fragoso, Rebs e Barth (2011), que permitem refletir sobre o papel da imprensa na disputa por autoridade, pertencimento e legitimidade em um ecossistema informacional marcado pela fluidez, pelo conflito e pela constante reconfiguração territorial. Nesse contexto,

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Bolsista Fapes. thborges.tb@gmail.com.



a atuação da imprensa em um sistema capitalista insere-se numa lógica territorial, em ‘que narrativas e contra-narrativas operam como forças de ocupação simbólica.

Haesbaert (2004) entende o território como espaço relacional, estruturado pelas dinâmicas de poder entre sujeitos hegemônicos e hegemonizados. Essa concepção é essencial para pensar os ambientes digitais como campos de disputa simbólica, em que atores sociais mobilizam estratégias para manter ou conquistar visibilidade, controlar fluxos e estabelecer fronteiras identitárias.

O conceito de “não-lugar da notícia”, desenvolvido por D’Arcadia e Carvalho (2020), é particularmente relevante para pensar esse deslocamento do jornalismo. Os não-lugares correspondem a espaços de circulação de conteúdos desvinculados de critérios verificáveis ou de pertencimento institucional.

As mídias sociais e os aplicativos de mensagens assumiram importante protagonismo na disseminação de conteúdos. Sua imprevisibilidade de alcance e a possibilidade de anonimato engendram o que consideramos ser o *não-lugar* da notícia nos dias atuais. Diferente do que preconizam manuais deontológicos, a informação que circula nesses ambientes muitas vezes não resiste a um protocolo básico de aferição a respeito de sua confiabilidade [...] Essa confluência de fatores leva à disseminação do que se convencionou chamar de *fake news* (D’Arcadia e Carvalho, 2020, p. 530)

Nessas zonas simbólicas, as notícias perdem ancoragem e tornam-se facilmente manipuláveis, contribuindo para a instabilidade da esfera pública. O jornalismo, ao tentar operar nesses espaços, precisa reafirmar constantemente seus compromissos com a veracidade, a ética e a responsabilidade coletiva, enfrentando não apenas a concorrência informacional, mas a lógica de desintegração que caracteriza os fluxos digitais, possibilitando o movimento de reterritorialização desses espaços.

Desterritorialização e reterritorialização: o jornalismo precisa se reconfigurar?

As dinâmicas de desterritorialização e reterritorialização se tornam intrínsecas ao ecossistema comunicacional contemporâneo. A territorialidade, entendida por Sack (2013) como a tentativa de influenciar ou afetar as ações de outros, também se manifesta de forma intensa na disseminação de desinformação. A manutenção de



territórios simbólicos exige esforço constante, materializado em estratégias discursivas que buscam estabelecer fronteiras identitárias claras.

Territorialidade envolve a tentativa por parte de um indivíduo ou grupo de influenciar ou afetar as ações de outros, incluindo não humanos. Ao contrário de muitos lugares comuns, os territórios requerem esforços constantes para estabelecer e mantê-los. Eles resultam de estratégias para afetar, influenciar e controlar pessoas, fenômenos e relações (Sack, 2013, p76)

Como observa Recuero (2014), às redes sociais digitais funcionam como metáforas territoriais, nas quais grupos estabelecem fronteiras simbólicas e produzem sentidos de pertencimento por meio de hashtags, memes, códigos de linguagem e engajamento coletivo. A territorialidade, nesse contexto, não se expressa pela fixidez, mas pela performance contínua de vínculos afetivos e ideológicos. É nesse ambiente que o jornalismo precisa se reconfigurar: sua atuação passa a depender da capacidade de criar pontes com públicos diversos, reconstruir pactos de confiança e disputar territórios simbólicos em tempo real.

A concepção de “espaço de fluxos”, proposta por Castells (1999), também contribui para compreender essa reorganização do jornalismo em tempos de alta conectividade. O autor define o espaço de fluxos como a materialização de práticas sociais mediadas por trocas rápidas e programáveis.

Em outras palavras: o espaço não é uma fotocópia da sociedade, é a própria sociedade. As formas e processos espaciais são constituídos pela dinâmica de toda a estrutura social. Há inclusão de tendências contraditórias derivadas de conflitos e estratégias entre atores sociais que representam interesses e valores opostos. Ademais, os processos sociais exercem influência no espaço, atuando no ambiente construído, herdado das estruturas socioespaciais anteriores (Castells, 1999, p. 435)

No caso da comunicação, isso significa que os conteúdos circulam de forma acelerada, muitas vezes sem lastro em critérios de apuração ou contexto. Nesse sentido, as estratégias jornalísticas — como o consórcio de imprensa e as agências de checagem — representam tentativas de reterritorializar o debate público, devolvendo sentido, coerência e verificabilidade ao ambiente comunicacional.



A apropriação simbólica dos territórios digitais, segundo Fragoso, Rebs e Barth (2011), envolve a criação de laços identitários e a mobilização de sentidos coletivos. Ao reconhecer a informação como valor de troca e disputa, os territórios comunicacionais tornam-se espaços cruciais de embate político e cultural. O jornalismo, nesse cenário, é desafiado a manter sua autoridade sem recorrer à lógica da excitação, e a produzir conteúdo que, mais do que repercutir, ofereçam resistência simbólica.

A territorialidade configura-se em processos de dominação, de exclusividade, e o território é visto como recurso, como valor de troca, visando produção e lucro. Já o aspecto simbólico da territorialidade diz respeito à apropriação e à identidade e mobiliza os sentidos de lar e de abrigo (fragoso; Rebs; Barth, 2011, p. 213)

Essas dinâmicas revelam que o jornalismo não atua em um vácuo institucional ou cultural. Ele opera em territórios híbridos e contestados, nos quais o poder simbólico está em constante negociação. Por isso, compreender os territórios comunicacionais e suas disputas é também compreender as novas exigências colocadas ao jornalismo enquanto diante do crescimento do fenômeno da desinformação.

Referências

- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. [s.l: s.n.]. v. 1.
- D'ARCADIA, João G. da C. F. S.; CARVALHO, Juliano M. de. **As novas territorialidades da informação e o não-lugar da notícia**. OMUN. MÍDIA CONSUMO, SÃO PAULO, V. 17, N. 50, P. 522-535, SET./DEZ. 2020.
- FRAGOSO, S.; REBS, R. R.; BARTH, D. L. **Territorialidades virtuais**: Identidade, posse e pertencimento em ambientes multiusuários online. MATRIZes, v. 5, n. 1, p. 211–225, 2011.
- HAESBAERT, R. O. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, v. 2, 2004.
- RECUERO, R. Redes sociais na internet–Porto Alegre: Sulina, 2009. **Coleção Cibercultura**, v. 191, 2014.



SACK, R. D. O significado de territorialidade. **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, v. 2, 2013

Minicurrículos:

Thiago Borges da Silva — Mestrando em Comunicação e Territorialidades pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes) por meio do Programa de Capacitação de Recursos Humanos na Pós-Graduação (Procap). Possui graduação em Comunicação Social — Jornalismo, pela Faesa Centro Universitário. Também é pós-graduando em Política e Sociedade pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Cicilia M. Krohling Peruzzo — Professora visitante colaboradora dos PPGs em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e da Universidade Federal do Espírito Santo. Professora colaboradora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, Portugal. Possui doutorado em Comunicação Social pela Universidade de São Paulo, mestrado em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo, graduação em Comunicação Social pela Faculdade de Comunicação Social Anhembi. Fez o pós-doutorado no Centro de Investigações Interdisciplinares em Ciencias y Humanidades (CEIICH) da Universidade Autônoma do México. Dedica-se ao ensino, extensão e pesquisa na área de Comunicação Social, atuando principalmente nos seguintes temas: cidadania, movimentos sociais, participação, comunicação popular e comunitária, e pesquisa científica. Publicou livros autorais, coletâneas organizadas em parceria, capítulos de livros em obras nacionais e internacionais, e artigos em diversos periódicos também nacionais e internacionais. Tem se dedicado à gestão de associações científicas nacionais e ibero-americanas e coordenado grupos de trabalho nesse mesmo âmbito. É pesquisadora em produtividade em pesquisa-PQ/CNPq. Coordena o Núcleo de Estudos em Comunicação Popular e Comunitária (Comuni).